

**RE nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.339.097 -  
GO (2018/0197957-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RECORRIDO : PATRICK FERREIRA DO CARMO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. ART. 5º, INCISOS XLVI, E LIV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS. MONTANTE DE AUMENTO NA TERCEIRA FASE. ROUBO MAJORADO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. **TEMA 182/STF**. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pelo Ministério Público Federal, com fundamento no art. 102, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA DA PENA. TERCEIRA ETAPA DO CÁLCULO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 443 DA SÚMULA DESTA CORTE. AGRADO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de que '*O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes*' (Súmula n. 443/STJ).

2. Na espécie, a Corte estadual fixou a fração de 3/8 (três oitavos), superior, portanto, à mínima prevista para o tipo penal em exame, com base apenas no número de majorantes, o que não encontra guarida na jurisprudência desta Casa, segundo a qual o aumento da reprimenda acima da fração mínima deve estar ancorado em circunstâncias concretas, atinentes às próprias causas de aumento e que indiquem a maior reprovabilidade da conduta. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido". (fls. 485/492)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados em aresto assim ementado:

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. REDISCUSSÃO DO JULGADO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. AFRONTA. ALEGAÇÃO. ANÁLISE. INVIABILIDADE.

1. O cabimento dos embargos de declaração está vinculado à demonstração de que a decisão embargada apresenta um dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, quais sejam, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, o que não se verifica no caso dos autos.

2. É vedado a esta Corte, na via especial, apreciar eventual ofensa à matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

3. A mera irresignação com o resultado do julgamento, visando, assim, à reversão do que já foi regularmente decidido, não tem o condão de viabilizar a oposição dos aclaratórios.

4. Embargos de declaração rejeitados". (fls. 506/515)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 521/541), sustenta o recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve violação ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, ao argumento de que o STJ teria se omitido em analisar a temática sobre o enfoque constitucional.

Além do mais, menciona ter havido contrariedade ao artigo 5º, incisos XLVI e LIV, da Constituição Federal, ao raciocínio de ter havido malferimento ao princípio da razoabilidade e da individualização das penas, visto que "ter o paciente, em concurso de agentes e com emprego de armas de fogo, subtraído diversos bens da vítima revela a sua periculosidade e supera a descrição das elementares do tipo penal praticado", não sendo o caso, a seu ver, de aplicação da majorante tão somente no percentual de 1/3.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 583/589.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão

de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo regimental interposto contra a decisão que deu provimento ao recurso da parte, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto:

"O recurso não apresenta argumento capaz de desconstituir os fundamentos que embasaram a decisão ora impugnada, de forma que esta merece ser mantida.

Conforme asseverado na decisão agravada, na espécie, o Magistrado singular, ao realizar a dosimetria da pena do delito de roubo circunstanciado, assim se manifestou e-STJ fls. 276/277):

*Em relação ao crime de roubo majorado mencionado nos autos, praticado contra a vítima Diolinda Coelho de Souza, tenho que o sentenciado PATRICK FERREIRA DO CARMO agiu: 1. CULPABILIDADE - Comprovada, com conduta reprovada pela sociedade, vez que é penalmente imputável, pois tinha plena consciência da ilicitude que permeia a conduta pelo mesmo praticada, de maneira que dispunha de condições no sentido de determinar-se segundo esse entendimento; 2. ANTECEDENTES - O sentenciado é primário - fls. 107/110, conforme inteligência da Súmula 444, do STJ; 3. CONDUTA SOCIAL - Está dentro de seu meio e cultura; 4. PERSONALIDADE - Pelos autos, está voltada à prática de ilícitos penais; 5. MOTIVO - Próprio do tipo penal, o que não o prejudica; 6. CIRCUNSTÂNCIAS - Próprias do tipo penal, o que o favorece, sob pena de bis in idem; 7. CONSEQUÊNCIAS - Patrimoniais relevantes porquanto a vítima não foi integralmente restituída; 8. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA - Neutro, não concorrendo para a prática do ilícito ora em comento, razão pela qual fixo a pena base em quatro (04) anos e seis (06) meses, de reclusão, e trinta (30) dias-multa, sendo um trigésimo (1/30) do salário mínimo vigente, cada dia, consideradas as condições financeiras do sentenciado, as quais não são confortáveis, e, tendo em vista que o acusado confessou em juízo a prática do delito - artigo 65, inciso III, 'd', do Código Penal Brasileiro, reduzo a pena imposta em seis (06) meses, de reclusão, e dez (10) dias-multa, ficando quatro (04) anos, de reclusão, e vinte (20) dias-multa, e, considerando que o crime foi praticado mediante emprego de arma de fogo, concurso de agentes e restrição da liberdade da vítima - art. 157, § 2º, incisos I, II e V, do referido Estatuto Penal, majoro a pena imposta em três oitavos (3/8), tendo em vista o desenrolar da ação delitosa, que gerou alto grau de reprovabilidade, inclusive, com a efetiva e decisiva participação do terceiro elemento, ficando em cinco (05) anos e seis (06) meses, de*

*reclusão, e vinte e sete (27) dias-multa.* (Grifei.)

O Tribunal de origem manteve a sentença, assim concluindo (e-STJ fls. 367/368):

*Relativamente ao crime de roubo triplamente agravado, o sentenciante, na ponderação das circunstâncias judiciais do art. 59, do Código Penal Brasileiro, entendeu que elas são majoritariamente favoráveis ao processado, ponderando, unicamente, em seu demérito, a culpabilidade, razão pela qual afastou a reprimenda do menor grau punitivo, impondo-lhe de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, reduzida de 06 (seis) meses, pela atenuante da confissão espontânea, acrescida do percentual de 3/8 (três oitavos), devidamente fundamentado, pelas causas de aumento do art. 157, § 2º, incisos I, II e V, do Código Penal Brasileiro, resultando apenamento de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, 27 (vinte e sete) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo da época do fato, não expondo a retoque.* (grifei)

Rememorei, de saída, que, na esteira da orientação sedimentada no enunciado da Súmula n. 443 desta Casa, 'o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes'. Nesse contexto, destaquei que a Corte de origem manteve o aumento no patamar de 3/8 (três oitavos), tendo aplicado fração superior à mínima prevista para o tipo penal em exame com base apenas no número de majorantes, o que não encontra guarida na jurisprudência desta Corte, segundo a qual o aumento da reprimenda acima da fração mínima deve estar ancorado em circunstâncias concretas atinentes às próprias causas de aumento e que indiquem a maior reprovabilidade da conduta, como emprego de várias armas de fogo, armas de grosso calibre, elevado número de agentes, entre outros.

A propósito, colacionei os seguintes julgados:

(...)

Nesse contexto, pareceu-me evidente a ilegalidade decorrente da aplicação, na terceira fase da dosimetria da pena do crime de roubo circunstanciado, de fração superior à mínima legal, sem a indicação de circunstâncias ou elementos - ligados às referidas majorantes - capazes de demonstrar maior desaprovação da conduta.

Dessa forma, concluí pela aplicação da fração mínima.

Passei, assim, à readequação da dosimetria da pena do referido delito, mantendo os parâmetros adotados pela Corte de origem.

Na primeira fase, mantive a fixação da pena-base acima do mínimo legal: 4 anos e 6 meses de reclusão, além de 30 dias-multa. Na segunda fase, permaneceu a redução da pena em 6 meses de reclusão e 10 dias-multa, pela incidência da atenuante da confissão. Na terceira etapa, determinei o aumento da pena em 1/3 em razão das majorantes do concurso de pessoas, do uso de arma e da restrição à liberdade, fixando-a em 5 anos e 4 meses de reclusão, além de 26 dias-multa, a qual tornei definitiva ante a ausência de outras causas modificadoras.

Após, mantive a aplicação do concurso material entre os delitos de roubo e de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, na forma do art. 69, *caput*, do Código Penal, estabelecendo a pena final do acusado em 8 anos e 4 meses de reclusão, além do pagamento de 56 dias-multa.

Nesse contexto, não apresentando o agravante argumentos novos

bastantes a modificar a conclusão alcançada, que, inclusive, foi prolatada nos termos da pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não encontro motivos para modificar a decisão atacada nesta oportunidade.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental". (fls. 489/492)

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se, outrossim, que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Por outro lado, quanto à alegada ofensa ao princípio constitucional da individualização da pena, previsto no artigo 5º, incisos XLVI e LIV, da Constituição Federal, decorrente da valoração das circunstâncias do caso concreto, para a fixação do montante de aumento na terceira fase da dosimetria, para o crime de roubo majorado, inexistente repercussão geral que autorize a admissão da insurgência extraordinária.

Com efeito, nos autos do Recurso Extraordinário 593.818/SC, o Supremo Tribunal Federal decidiu, *mutatis mutandis*, que "Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, porque se trata de matéria infraconstitucional." (Tema 182/STF)

Confira-se, a propósito, a ementa do aludido julgado:

**RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal. Fixação da pena-base. Fundamentação. Questão da ofensa aos princípios constitucionais da individualização da pena e da fundamentação das decisões judiciais. Inocorrência. Matéria infraconstitucional. Ausência de repercussão geral. Agravo de instrumento não conhecido. Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, porque se trata de matéria infraconstitucional.** (AI 742.460 RG, Relator Min. CEZAR PELUSO, julgado em 27/8/2009, DJe-181 DIVULG 24/9/2009 PUBLIC 25/9/2009 EMENT VOL-02375-09 PP-02309 LEXSTF v. 31, n. 369, 2009, p. 330-338.)

E, note-se, tem o referido Tema inteira aplicação à espécie, dado que, se não pode haver aumento pela simples consideração do número de causas especiais de aumento, na terceira fase da dosimetria, conforme fixado no acórdão objeto do presente Recurso Extraordinário, a exacerbação dependerá de fundamentação concreta que, certamente, será à guisa dos acontecimentos apurados no édito condenatório e, por via de consequência, como é lógico, das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal que, como cediço, é o fundamento primeiro para qualquer fixação de reprimenda penal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, alínea "a", primeira e

segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
Vice-Presidente

